

## O MODO DE VIDA CAMPONÊS E A LÓGICA CAPITALISTA:

sobre o assalariamento e a autonomia do trabalho à luz do  
conceito de cultura de Georg Simmel

*Alexandre Machado Marques de Souza Sobrinho*<sup>1</sup>  
(PPGCS/UFPE, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.751>

**Resumo:** Este trabalho analisa em que medida a expropriação do trabalho assalariado no mundo rural pode resultar na anulação da subjetividade camponesa. A partir do conceito de cultura de Georg Simmel propõe-se refletir sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho, que ora empurram os produtores rurais para as fileiras da proletarianização, ora os estimulam a romper com as barreiras do sistema expropriação da *recampesinização*. Em termos metodológicos, serão expostas algumas das histórias de vida de um grupo de agricultores familiares assentados da zona rural de Petrolina-PE. De acordo com os resultados foi possível constatar que as estratégias de resistência realizadas por este grupo específico se configuram como um exemplo de autonomia, reiterando a particular singularidade do modo de vida camponês.

**Palavras-Chave:** Trabalho Rural, Proletarianização, Autonomia, Subjetividade.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro colaborador do Grupo de Pesquisa "Cooperativismo e Dinâmicas Territoriais" do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DE/UFPE) e do Laboratório de Estudos Rurais da Universidade Federal de Pernambuco (LaERural/PPGCS/UFPE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2999-9693> / E-mail: [alexandreemachado@gmail.com](mailto:alexandreemachado@gmail.com)

## THE PEASANT WAY OF LIFE AND CAPITALIST LOGIC: wages and work autonomy in the light of Georg Simmel's concept of culture

**Abstract:** This paper analyzes the extent to which the expropriation of wage labor in the rural world can result in the annulment of peasant subjectivity. Based on Georg Simmel's concept of culture, it is proposed to reflect on the objective and subjective conditions of work, that sometimes push rural producers into the ranks of proletarianization, and sometimes encourage them to break the barriers of the expropriation system of *recampesinização*. In methodological terms, some of the life stories of a group of family farmers settled in the rural area of Petrolina-PE, will be exposed. According to the results, it was possible to verify that the resistance strategies carried out by this specific group is configured as an example of autonomy, reiterating the particular singularity of the peasant way of life.

**Keywords:** Rural work, Proletarianization, Autonomy, Subjectivity.

## EL MODO DE VIDA CAMPESINO Y LA LÓGICA CAPITALISTA: salarios y la autonomía laboral a la luz del concepto de cultura de Georg Simmel

**Resumen:** Este artículo analiza hasta qué punto la expropiación del trabajo asalariado en el mundo rural puede resultar en la anulación de la subjetividad campesina. Partiendo del concepto de cultura de Georg Simmel, se propone reflexionar sobre las condiciones objetivas y subjetivas de trabajo que en ocasiones empujan a los productores rurales a las filas de la proletarización, y en ocasiones los incitan a romper las barreras del sistema expropiatorio de *recampesinização*. En términos metodológicos, se expondrán algunas de las historias de vida de un grupo de agricultores familiares asentados en la zona rural de Petrolina-PE. De acuerdo con los resultados, se pudo constatar que las estrategias de resistencia llevadas a cabo por este grupo específico se configuran como un ejemplo de autonomía, reiterando la particular singularidad del modo de vida campesino.

**Palabras clave:** Trabajo rural, Proletarización, Autonomía, Subjetividad.

## Introdução

Embora a ideia de autossuficiência se constitua enquanto uma das características mais significativas do campesinato, não se pode negar que suas formas de reprodução social e econômica dependem, em larga ou estreita medida, do sistema dominante no qual se encontra inserido. Por outro lado, mesmo interiorizando as regras da lógica capitalista e se adequando às circunstâncias impostas pelo mercado, a agricultura camponesa continua mantendo seus modos de vida e suas particularidades sociais.

De acordo com Shanin (1980), a posição ocupada pelo campesinato na sociedade pode ser compreendida a partir de um "dualismo conceitual", isto é, se por um lado é considerado enquanto um segmento social independente, por outro, encontram-se subordinado a outras classes sociais que o subjuga. Nesse contexto, se as formas de produção tradicionais se encontram em um campo de disputas que reduz os camponeses aos interesses do capital, também fomentam mecanismos de superação e autonomia em

matéria de reprodução social. Isso implica admitir que as relações capitalistas e não capitalistas podem coexistir mútua e dialeticamente dentro do espaço agrário (OLIVEIRA, 1991; MARTINS, 1996).

Para Shanin (1980), assim como para Chayanov (1974), a natureza dinâmica do estabelecimento rural familiar continua sendo um fator fundamental para a compreensão da sua especificidade. Nesse aspecto, a investigação das características intrínsecas a esta categoria, seja interna ou externamente, deve estar relacionada à história e ao contexto social mais amplo. Por esta razão, Wanderley (2004, p. 45) ressalta que devemos “buscar compreender, para além da simples análise de sua dinâmica interna, a incidência local das lutas sociais mais gerais da sociedade em cada momento do processo histórico”.

Historicamente, a proletarianização dos agricultores familiares tem sido discutida em face dos fortes impactos ocasionados pelo binômio latifúndio/agronegócio no mundo agrário (SOUZA, 2019). Por outro lado, os efeitos da expansão deste fenômeno também têm levado vários pesquisadores à investigação das estratégias de enfrentamento criadas pelos pequenos produtores rurais no sentido de superar as situações de subjugação e anulação no âmbito do trabalho.

Tendo em vista as condições de trabalho insalubres nas quais os trabalhadores do campo se encontram envolvidos, tais como: exposição a insumos tóxicos, radiação solar, esgotamento físico, riscos operacionais de rotina e ausência de vínculo empregatício, torna-se fundamental compreender como a submissão à divisão social do trabalho inerente à lógica do agronegócio é capaz de obstruir a “natureza subjetiva” do sujeito camponês em detrimento de uma “atividade objetiva” puramente anônima (SIMMEL, 2005).

De acordo com a teoria da modernidade de Georg Simmel (2005, p. 54), as formas de organização e distribuição dos meios de produção torna o trabalhador um espécime completamente distinto da sua natureza ontológica. “Essa diferenciação capitalista separa profundamente as condições subjetivas do trabalho das objetivas”. Trazendo esta reflexão para o campo da agricultura e do trabalho rural, como poderíamos compreender a diferenciação simmeliana a partir do dualismo conceitual do campesinato? Em outras palavras, como as relações de trabalho assalariado no âmbito do agronegócio divergem das tradicionais relações de trabalho que se estabelecem no interior de uma unidade familiar camponesa? Dentro desta perspectiva, este artigo busca refletir em que medida a expropriação do trabalho assalariado no âmbito do binômio latifúndio/agronegócio pode resultar na anulação parcial ou integral da subjetividade camponesa.

Em termos metodológicos, o presente trabalho se encontra apoiado em algumas entrevistas de campo extraídas de uma pesquisa de doutorado em andamento. As histórias de vida aqui compartilhadas foram relatadas por um grupo de produtores familiares assentados da zona rural de Petrolina, Pernambuco. A partir da discussão teórica proposta, pretende-se abordar as experiências de trabalho vivenciadas por estes agricultores, tanto nas empresas locais da região, na condição de assalariados, como em suas unidades domésticas de produção, na qualidade de trabalhadores autônomos.

Neste contexto, o trabalho se encontra dividido em quatro seções, além desta introdução. No primeiro capítulo, serão feitas algumas considerações sobre os conceitos de campesinato, explanado como as relações de trabalho no âmbito da agricultura de base familiar estão marcadas pela coexistência entre as lógicas capitalistas e não capitalistas de

produção. Em seguida, no segundo capítulo, serão expostas as questões em torno do trabalho rural a partir da teoria da modernidade de Simmel. Ainda neste capítulo, serão incorporadas ao debate algumas considerações a respeito do conceito de unilateralidade/omnilateralidade e alienação na perspectiva marxista. No terceiro capítulo, será realizada uma brevíssima exposição das condições de subalternidade e “estrangulamento da personalidade social” a partir das experiências de trabalho assalariado no meio rural. Para tanto, faremos menção à pesquisa de Maria Aparecida de Moraes Silva. O último capítulo será dividido em duas partes: a primeira situará o Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar no seu contexto histórico; em seguida, uma discussão teórica sobre diferenciação da cultura subjetiva e objetiva em Simmel será retomada à luz dos relatos recolhidos em campo.

## **1. Agricultura Familiar e Campesinato: uma discussão em torno da dualidade conceitual**

Entre os teóricos que se dedicaram ao estudo do campesinato, Alexander Chayanov (1888-1937) ocupa um lugar de destaque. O conjunto da obra deste autor apresenta uma rica análise sobre a agricultura camponesa de seu tempo, datada entre o final do século XIX e o início do século XX. Em contraposição à perspectiva marxista-leninista a teoria chayanoviana apregoava que as formas de produção econômicas campesinas, muito embora estivessem em desalinho ao modelo da política agrária de Lênin, não poderiam ser consideradas como ultrapassadas ou fadadas ao desaparecimento. Apesar do significativo avanço do capitalismo industrial naquela época, Chayanov e os outros estudiosos do seu grupo (Escola da Organização e Produção) já chamavam a atenção para a capacidade de adaptação e internalização do campesinato frente às circunstâncias político-econômicas dominantes (GERARDI; SALAMONI, 2014).

Ao se diferenciar da empresa capitalista, onde o rendimento é equacionado em função do assalariamento, a “empresa camponesa” tem como base de cálculo o equilíbrio entre o volume das atividades produtivas e a compensação das necessidades do consumo familiar, como afirma Chayanov (1974). Ademais, o autor também ressalta que o suprimento da mão de obra não remunerada constitui a principal característica do regime camponês. Nesse sentido, na condição de uma economia sem assalariamentos, é a família, em si mesma, que representa o fundamento da lógica camponesa de produção.

De acordo com Chayanov (1974), a busca pelo lucro não se constitui enquanto uma atividade fundamental do regime camponês. É o equilíbrio entre produção e consumo, determinados em função do esforço atribuído às atividades de trabalho da família, o que representa a verdadeira lógica de funcionamento do campesinato. Nesse aspecto, “são as regras de parentesco que definem tanto a unidade de produção quanto a de consumo, formando uma simbiose entre ‘empresa agrícola’ e família” (GERARDI; SALAMONI, 2014, p. 170).

A acessibilidade aos meios básicos de produção também se constitui como uma condição imprescindível ao desenvolvimento econômico das famílias campesinas, sendo a escassez ou abundância desses meios um critério legítimo para distinguir os camponeses entre ricos e pobres (KAUTSKY, 1986). O acesso aos meios tecnológicos de produção, nesse

sentido, se estabelece como um divisor de águas entre aqueles que podem adquirir instrumentos técnicos de produção mais sofisticados e aqueles que não podem. É justamente nessa perspectiva que se configuram os processos de diferenciação social e econômica entre esses sujeitos. Não obstante, vale salientar, a transformação dos camponeses em produtores modernos não implica no desaparecimento das características que os tornam produtores familiares em essência.

Na concepção de Wanderley (1988, p.76), os camponeses se submetem ao processo de modernização para assegurar sua subsistência e a continuidade do seu projeto vida: "trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence". No entanto, a concepção de camponês tradicional torna-se insuficiente para expressar o conceito de produtor moderno. Diante disso, Wanderley expõe que os camponeses modernos são aqueles produtores:

Responsáveis por parcela da produção de mercadorias, que acionam em seu processo de produção um capital de certa magnitude, que adotam tecnologia moderna, que conseguem constituir certo patrimônio, especialmente em terras valorizadas, mas que, apesar disso, permanecem trabalhando, representando o essencial da força de trabalho da unidade familiar de produção (WANDERLEY, 1988, p. 14).

Se o exercício da atividade agrícola passou a exigir, cada vez mais, o domínio do conhecimento técnico, fazendo com que uma massiva parcela de camponeses abandonasse suas atividades tradicionais para recorrerem à proletarianização é de suma importância compreender em que medida as condições de trabalho fora das suas unidades produtivas podem se converter na deserção ou permanência dos seus modos de vida.

O trabalho assalariado na agricultura tem feito com que muitos produtores, especialmente os pequenos, se dividam entre as tarefas desenvolvidas dentro das suas unidades de produção e a venda da sua força de trabalho a empresas urbanas ou rurais, seja desenvolvendo tarefas agrícolas, seja desempenhando funções não agrícolas. Em suma, aqueles que não abandonam suas ocupações autônomas a fim de se integrarem definitivamente à atividade remunerada encontram nesta mesma oportunidade uma forma de sustentar seus próprios meios de produção através do empenho dos seus salários.

A diversificação das atividades de trabalho como garantia de manutenção da moradia rural é definida pela literatura como pluriatividade. Para Pires e Spricigo (2006), essa concepção diz respeito à forma pela qual muitos agricultores mantêm a sustentabilidade das suas unidades familiares, gerando novos mecanismos de sobrevivência e reprodução material. Contudo, como bem sublinha Schneider (2009, p. 6), a pluriatividade "se trata de uma estratégia de reprodução social das famílias rurais que recorrem a atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida), não sendo a pobreza o único fator determinante".

Se a fragilização das formas de trabalho da agricultura familiar tem compelido muitos produtores a recorrerem a outras atividades formalmente remuneradas como garantia de sobrevivência e reprodução social, "a consciência do trabalho precário também tem sido um indicativo do retorno ao trabalho na roça" (SOUZA, 2019, p. 29), permitindo uma melhor qualidade de vida e resgate das atividades de trabalho entre produtores rurais e seus familiares. As condições positivas que se relacionam à manutenção do trabalho na roça levam Souza (2019, p. 32) a considerar o trabalho assalariado como um vetor de campesinização:

A campesinização, nesse caso específico, ocorreria pelo fortalecimento da unidade familiar, proporcionando a territorialização permanente desses camponeses na terra de trabalho, mesmo que assalariados. Desse modo, o salário recebido com essa forma de trabalho é reinvestido para a manutenção da unidade doméstica, como um reforço na renda familiar provida da agricultura.

Longe daquilo que se poderia considerar como uma proletarização definitiva do campesinato, Souza (2019) aposta que o desenvolvimento de outras atividades fora das unidades produtivas familiares se apresenta como uma forma de reafirmar a campesinidade dos agricultores ao invés de excluí-la. Essa condição permite não apenas a manutenção dos meios de produção das unidades domésticas campesinas, mas a transmissão dos conhecimentos culturais e modos de vida tradicionais que lhes são singulares. Nesse aspecto, a ideia de que a submissão dos produtores rurais ao processo de modernização constitui-se como um meio para assegurar a sua subsistência e os seus projetos de vida, como defende Wanderley (1988), torna-se especialmente consoante, reiterando ao mesmo tempo a dualidade conceitual do campesinato (SHANIN, 1980).

Se o capitalismo implica diretamente na reprodução da agricultura de base familiar, a reprodução das relações econômicas e sociais em torno do trabalho assalariado não deve ser interpretada de forma isolada, mas analisada a partir das circunstâncias que mobilizam as estratégias de manutenção do campesinato por meio da lógica do capital. Nesse sentido, essas lógicas de produção, embora fundamentalmente distintas, não devem ser encaradas como completamente excludentes (WANDERLEY, 1988).

Tendo exposto brevemente os conceitos de agricultura familiar e campesinato, assim como as relações de trabalho que ora afastam ora aproximam os produtores rurais da lógica capitalista, o próximo capítulo incidirá sobre as formas de integração das lógicas camponesa e capitalista em relação à natureza subjetiva e objetiva do sujeito camponês. Nesse propósito, pretende-se discutir a ideia de alienação do trabalho rural por meio do conceito de cultura de George Simmel e a perspectiva de unilateralidade/omnilateralidade e alienação em Marx.

## **2. Cultura objetiva e subjetiva na obra de Simmel e a unilateralidade e omnilateralidade do indivíduo na obra de Marx**

Ao conceber o materialismo histórico enquanto um método de análise da sociedade, Karl Marx (1818-1883) demonstra que o desenvolvimento da humanidade está diretamente associado à satisfação das necessidades humanas e à exploração das suas condições materiais de existência. Fundamentalmente, esta concepção teórico-metodológica considera a categoria *trabalho* como uma atividade indispensável à transformação da natureza e à evolução da sociedade, visto que ao mesmo tempo em que a "sociedade produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por ele" (MARX, 2002, p. 139). "O trabalho como manifestação humana, como atividade não alienada/estranhada é o fundamento para que se estabeleça uma relação positiva entre o homem e a natureza em que se torna possível naturalização do homem e a humanização da natureza" (MARX, 1989, p. 197).

Em conformidade à perspectiva marxista, Lukács (1981), além de reconhecer a relação dialética entre homem e natureza, também considera que a relação sujeito-objeto deve ser

tratada como um importante ponto de discussão em torno da concepção do trabalho, especialmente em função do caráter ontológico atribuído a esta categoria. Ao condicionar a existência histórica dos homens, o trabalho pode, então, ser compreendido dentro de uma perspectiva subjetiva ou objetiva, isto é, como resultado de um processo de emancipação ou alienação, respectivamente.

A discussão simmeliana sobre cultura objetiva e subjetiva encontra-se diretamente relacionada às formas de organização e distribuição dos meios de produção capitalistas e à divisão social do trabalho. Na concepção de Simmel (2005), o caráter mecânico e essencialmente objetivo das atividades desempenhadas pelo proletariado compromete o seu espírito subjetivo, desencadeando processos de alienação e despersonalização do eu. Em consonância com essa ideia, Lukács (1978, p. 17) reconhece que o desenvolvimento das capacidades operacionais no mundo do trabalho se diferencia cada vez mais nitidamente, criando “um obstáculo para o *devenir* da personalidade e um veículo para a alienação humana”. No trabalho alienado, o produto, resultado do esforço laboral empregado pelo operário, passa a pertencer ao capital, que expropria e controla o saber do operário de acordo com suas conveniências:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito (...). Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. (MARX, 1989a, p. 162).

Tendo como foco crítico a natureza do trabalho especializado, Simmel (2005, p. 52) considera que falta ao produto gerado pelo proletário a “essência daquilo que é próprio do plano da alma, sobretudo quando o trabalho aparece inteiramente como obra de um único homem”. Ao comentar sobre a autossuficiência humana nos processos de concepção de um dado produto, o autor comenta que:

Na indústria têxtil e siderurgia, as mais grandiosas invenções sucediam-se rapidamente: os inventores precisavam construir, com as próprias mãos e sem a ajuda de outras máquinas, as próprias máquinas que eles conceberam, mas, na maioria das vezes, ainda imaginar e fabricar eles mesmos as ferramentas necessárias para tal construção (SIMMEL, 2005, p. 55).

Ainda de acordo com Simmel (2005, p. 55), as atividades desempenhadas pelos trabalhadores especializados não se estabelecem a partir de uma relação de pertencimento com aquilo que eles produzem, mas “como algo puramente objetivo e anônimo”. Nesse sentido, o desenvolvimento mecânico das etapas de produção tanto se distancia do trabalhador que deixa de ser reconhecido “como algo ligado à raiz de seu sistema integral de vida”.

Em analogia às ideias de Sennet (2009), pode-se dizer que o trabalho objetivo realizado pelos proletários especializados se configura em um tipo de atividade puramente absorta, na qual o único objetivo perseguido por esses sujeitos se resume a “fazer as coisas funcionarem”. Por outro lado, a partir da realização da atividade subjetiva, os trabalhadores assumem uma perspectiva de julgamento do “fazer” pelo “prazer da coisa benfeita”.

As concepções teóricas acima delineadas apresentam uma forte relação com a ideia de omnilateralidade e unilateralidade desenvolvida por Marx em seus *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*. Ao discorrer sobre a formação omnilateral, Marx chama a atenção para a forma contraditória pela qual o trabalho foi concebido no seio da sociedade capitalista.

Ao longo da história, o capitalismo condicionou o homem e a atividade do trabalho a uma perspectiva completamente instrucional, isto é, unicamente voltada para a realização de tarefas mecânicas alheias ao senso crítico. Para Marx e Engels (2004), a formação integral do homem requer a superação da assimetria entre materialidade e intelectualidade, articulando trabalho e desenvolvimento humano como um processo de luta para a superação da alienação e da divisão social de classes. A condição omnilateral, em essência, é a concepção da formação humana erigida a partir da união de todas as dimensões que constituem a sua natureza. Nesse sentido, busca integrar o saber prático ao saber teórico, desmistificando o caráter parcial da unilateralidade:

Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado (MARX e ENGELS, 2011, p. 43).

Ao concordar com esta perspectiva, Gramsci (1982) aponta que nenhuma atividade manual pode ser alheia à intelectualidade, assim como nenhuma função intelectual deve estar apartada das práticas manuais. Nesse sentido, o trabalho, de modo orgânico e totalizante, deve ser encarado enquanto um meio de formação integral do sujeito social. Contudo, para além da visão de Marx e Simmel, Gramsci procura refletir sobre a articulação das capacidades objetivas e subjetivas do trabalho como um princípio educativo, mais voltado a uma formação pedagógica escolar:

A crise terá uma solução que, racionalmente deveria seguir esta linha: a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 2000, p. 33).

Gramsci empreende um verdadeiro movimento crítico ao modelo de educação desenvolvido pela sociedade moderna, estimulando uma concepção educacional que propicie a união entre trabalho intelectual e trabalho industrial. Ao reformular o pensamento original de Marx, Gramsci idealiza a escola unitária, na qual a cultura erudita e trabalho manual seriam lecionados de forma simultânea a todas as classes sociais. No entendimento do autor, "o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social" (GRAMSCI, 2000, p. 40).

Retornando à discussão sobre omnilateralidade torna-se ainda necessário compreender como esta concepção de trabalho pode ser determinada enquanto um tipo de formação não estranhada, preocupada com o desenvolvimento do homem enquanto ser "não-alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana omnilateral" (SOUZA, 1999, p. 100). Tendo abordado a ideia de alienação em Marx, resta-nos ainda retomá-la segundo a concepção de simmeliana, dando continuidade aos propósitos acenados na introdução deste trabalho.

Se o produto da época capitalista, como assevera Simmel (2005), é um objeto autocentrado, cujo caráter é estranho ao próprio produtor que lhe concebe, quantos trabalhadores poderiam, hoje, entender a máquina na qual trabalham, isto é, entender o espírito investido na máquina? A explicação para esse fenômeno, bem como a força da sua



emergência no âmbito da produção e do consumo, está diretamente relacionada à ideia de alienação do trabalho e à separação do trabalhador dos seus meios de produção, como também explicou Marx, Engels e Lukács.

No que diz respeito à alienação em Simmel (2005), a discrepância entre cultura objetiva e subjetiva parece expandir-se permanentemente. Dito de outro modo, o acervo da "cultura objetiva" amplia-se cotidianamente, fazendo com que o espírito individual do proletariado se esvazie paulatinamente em decorrência da anulação da sua faculdade criativa. O esvaziamento da capacidade essencial de criação dos sujeitos opera exatamente "onde nossa força não produz uma totalidade na qual ela possa se desenvolver segundo sua unidade peculiar, rompendo definitivamente com relação entre o objeto e a personalidade do sujeito" (SIMMEL, 2005, p. 52). Como resultado, o trabalhador, alijado das suas próprias condições subjetivas de trabalho, encontra-se completamente distanciado da sua consciência e da autoria das suas ações. Este fato, aliás, "adquiri sua representação ainda mais reveladora no momento em que o trabalhador tem a necessidade de comprar o produto de seu próprio trabalho, caso ele deseje tê-lo" (SIMMEL, 2005, p. 55). A citação abaixo se faz complementar neste sentido:

Na medida em que a divisão do trabalho destrói a produção destinada ao freguês – pelo simples fato de que o comprador pode se colocar em contato com um produtor, mas não com uma dúzia de operários que realizam apenas uma parte do produto – desaparece a coloração subjetiva do produto também no lado do consumidor, pois o produto surge agora independentemente do consumidor. A diferença, por exemplo, entre o moderno magazine de roupas, organizado segundo a mais extrema especialização, e o trabalho do costureiro que se recebia em casa caracteriza, da maneira mais clara, a elevação da objetividade do universo econômico, a sua autonomia suprapessoal em relação ao sujeito consumidor, a quem ele estava originalmente ligado (SIMMEL, 2005, p. 56-57).

Em contraposição às formas especializadas de trabalho da Era Capitalista, Simmel (2005) faz menção à arte como um dos únicos meios pelos quais a unidade subjetiva dos indivíduos se encontra em absoluta manifestação, especialmente na medida em que requer o trabalho de um "único homem", exigindo-o por inteiro. Nesse sentido, a obra de arte, sentença o autor, pode ser considerada a mais pura expressão do sujeito e a mais fidedigna realização da sua personalidade. No lugar onde predomina a divisão social do trabalho, ao contrário, "tem-se como efeito uma incomensurabilidade da realização com o realizador" (SIMMEL 2005, p. 52-53), fazendo com que a elevação cultural dos indivíduos se manifeste abaixo da elevação cultural das coisas.

Após uma breve discussão sobre a ideia de cultura objetiva e subjetiva, alienação e formação omnilateral a partir das obras de Simmel e Marx, podemos finalmente questionar em que medida a expropriação do trabalho assalariado no âmbito do binômio latifúndio/agronegócio pode resultar na nulidade parcial ou integral da subjetividade camponesa.

### **3. Condições de subalternidade e "estrangulamento da personalidade social" no trabalho assalariado no meio rural**

Com respeito às primeiras considerações feitas neste artigo sobre as relações entre capitalismo e agricultura familiar, é possível refletir que o "caminho de volta para o roçado" representa uma forma de negação/superação às condições de submissão e alienação do

trabalho no meio rural. Contudo, é preciso considerar que o trabalho assalariado nesse contexto é, na maioria das vezes, uma condição necessária à própria manutenção da terra e dos modos de vida dos agricultores familiares.

Mesmo que o trabalho assalariado seja considerado como uma fonte de renda estrategicamente viável à melhoria das condições de vida do pequeno produtor rural, não podemos olvidar que o resultado da venda da sua força de trabalho é convertido em lucro para a manutenção do capital. Nesse sentido, o produto deste processo pertence, em última instância, ao dono dos meios de produção. Sobre este aspecto, Conceição (2017, p. 18-19) complementa:

O produto do seu trabalho não lhe pertence, mas pertence a outro. O trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho. O próprio trabalho transforma-se em um objeto que ele só pode adquirir com grande esforço. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que, quanto mais objeto o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital.

Diante disso, pode-se inferir que as vantagens do trabalho assalariado como um vetor de recampesinização não excluem as condições de subordinação dos produtores rurais ao capitalismo, e nem tampouco podem encobrir as ameaças que essas circunstâncias impõem à sobrevivência da própria lógica camponesa. Para endossar esta assertiva, basta considerar o que sublinha Silva (2016, p. 147-148):

As ameaças de morte, a violência física e moral, os maus tratos, o desrespeito aos direitos trabalhistas, o tratamento de coisa impingido aos trabalhadores ainda continuam. No entanto, não se manifestam apenas em tarefas de formação de fazendas na fronteira agrícola, nos garimpos clandestinos ou em carvoarias, como também nas plantações de tomate em Santa Catarina e de cana-de-açúcar em vários estados, inclusive em São Paulo.

As situações de vida em que muitos trabalhadores rurais têm se submetido para garantir sua própria sobrevivência parecem ser as verdadeiras fontes de resistência e superação em relação às condições de desigualdades por eles vivenciadas na condição de trabalhadores do capital. As circunstâncias de total insalubridade no ambiente de trabalho resultam, em grande medida, na anulação/alienação dos sujeitos sociais do campo:

Desde seus primórdios, o trabalho nos canaviais caracterizou-se pela precariedade, insalubridade e vulnerabilidade. Até os anos 1980, antes das greves de Guariba (1984, 1985), em São Paulo, os trabalhadores eram alojados em barracões, ou cortiços insalubres, muitas vezes em antigos chiqueiros de porcos ou armazéns, ao lado de agrotóxicos. Em seguida, foram construídos alojamentos, capazes de albergar de 200 a 800 homens no meio dos canaviais, controlados por uma disciplina severa (SILVA, 2016, p. 149).

As reflexões feitas por Maria Aparecida de Moraes Silva trazem ao debate as condições sociais de subalternidade pelas quais homens e mulheres do campo se submetem cotidianamente. A sujeição a uma série de situações de risco e rebaixamento vem provocando um intenso deslocamento contingencial de trabalhadores rurais em várias regiões do país. Os processos de migração campo-cidade estão, assim, associados à luta contra a "permanência da colonialidade do trabalho" (SILVA, 2016) imposta pelo binômio latifúndio/agronegócio nos espaços agrários.

Tendo por base o histórico das relações escravistas e servis vivenciado por vários trabalhadores do campo no Brasil e em toda a América Latina, Maria Aparecida de Moraes Silva apresenta um imaginário social segundo o qual um diverso grupo de habitantes do

mundo rural ainda tem sido visto como “os outros”, “inferiores”, “incapazes”, “desvalorizados” e “sujeitos ao processo civilizatório colonial” (SILVA, 2016, p. 162-163).

Além de uma série de doenças acarretadas em face das condições de trabalho, tanto em termos físicos como em termos psicológicos, esses trabalhadores de “lugar nenhum” ainda têm que lidar com uma série de outras adversidades, tais como: ausência de registro profissional, contratos de trabalho sazonais, baixos salários, rigorosos controles sociais, discriminação étnica, insalubridade e, principalmente, a perda dos seus referenciais identitários. Quanto a esta última situação, a destruição da personalidade individual e a anulação do espírito subjetivo mencionados por Simmel (2005) são literalmente apropriados. Em seu conjunto, esses fatores representam, sem dúvida, uma forma de “estrangulamento da personalidade social” do sujeito camponês.

Contudo, a resistência contra a violência imposta pela lógica capitalista no campo tem se manifestado de diferentes formas, entre as quais: a recusa individual, as greves, fugas, reclamações trabalhistas por direitos, desistências, lutas por terra, resistências cotidianas e organizações coletivas etc. A configuração de uma “imagem conflituosa do campo latino-americano”, segundo Silva (2016, p. 164), deve-nos direcionar a estruturar conceitos de subalternidade, exploração, autonomia e insubordinação em diálogo as realidades vividas por agricultores e trabalhadores do campo, como veremos no capítulo a seguir.

## **4. Diferenciação da cultura, experiências de trabalho assalariado e trabalho autônomo no Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar, Petrolina-PE**

### ***4.1. Algumas considerações sobre o Assentamento Mandacaru***

Referindo-se a algumas dinâmicas produtivas no âmbito do Vale do São Francisco, Silva e Pereira (2015) chama a atenção para a forma como algumas associações de pequenos produtores orgânicos têm resistido ao caráter excludente e ao contexto de distinção social decorrente dos projetos de modernização implementados na região a partir da década de 1950. Nesse contexto, algumas associações de pequenos produtores orgânicos têm desenvolvido práticas produtivas mais comprometidas com as dimensões sociais, culturais e ambientais do território, a exemplo do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar.

Localizado na Zona Rural do município de Petrolina, Semiárido pernambucano, o Assentamento Mandacaru está a aproximadamente 18,0 Km do centro da cidade, às margens da rodovia BR 104, e apresenta uma área total de 482 hectares na qual foram assentadas 70 famílias que hoje integram a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM).

A ocupação do Assentamento ocorreu em 1999, sendo a regularização de posse da terra realizada através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 2001. A partir de 2003, a fazenda foi declarada para fins de reforma agrária, iniciando o processo de demarcação dos lotes e parcelamento das áreas de cultivo sequeiro, cultivo

irrigado e as zonas comunitárias onde estão instaladas as famílias camponesas (SILVA *et al.*, 2018, p. 9).

Com o parcelamento dos lotes e a criação de um núcleo comunitário habitacional, as atividades de trabalho, antes desenvolvidas por grupos de afinidade, passaram a ser realizadas de parcerias institucionais. Organizações e grupos de apoio à agricultura familiar, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, professores da UNIVASF, a Secretaria de Agricultura de Pernambuco (PRO-RURAL), o Núcleo de Agroecologia Sertão Agroecológico/UNIVASF e alguns técnicos da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), entre outras iniciativas, vêm incentivando importantes projetos de desenvolvimento ao longo da trajetória do assentamento. O mutirão de seleta coletiva de resíduos produtivos e a criação da Horta Orgânica Comunitária, realizados no ano de 2008, são alguns dos exemplos nessa direção (FREITAS *et al.*, 2015).

A horta orgânica, por exemplo, foi implantada dentro do núcleo comunitário do assentamento e conta com uma área de 0,5 hectares. Atualmente, 16 famílias fazem uso desse espaço comunitário, desempenhando atividades que incluem: a exploração de glebas, preparação da área de plantio, levantamento de canteiros, escolha das espécies a serem cultivadas, além do plantio e da irrigação. A produção da horta já se encontra bastante diversificada, compreendendo o cultivo de mais de 20 espécies de hortaliças, herbáceas e tuberosas, além de plantas medicinais e condimentares.

No curso da implantação da horta comunitária, sediada dentro da própria agrovila do assentamento, os agricultores passaram identificar diferentes formas de manejo da terra, processos de irrigação e de adubagem, controle de pragas e plantas invasoras e seleção de variedades produtivas mais adaptadas ao agrossistema local. Ao longo do tempo, a experiência da horta se transformou em um ambiente de troca de conhecimentos, aprendizagem e desenvolvimento de projetos (FREITAS *et al.*, 2015).

Embora a horta comunitária contasse com colaboração da maioria dos assentados, a experiência desses agricultores ainda estava muito pautada na lógica convencional de produção. Em parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais, técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), foram oferecidas capacitações técnicas de produção orgânica, concedendo aos produtores assentados novas oportunidades de produção e comercialização. Em 2012, a horta foi certificada pelo Instituto Chão Vivo, passando a disseminar seus produtos de forma assegurada dentro do mercado local (SILVA *et al.*, 2018).

Dentre as estratégias de inserção empreendidas por esses agricultores-assentados, a utilização de selos de qualidade orgânica permite um grande diferencial em termos de credibilidade e confiança, cativando consumidores de toda a região do Vale do São Francisco. Atualmente, em vista da demanda de alimentos orgânicos no polo Petrolina-Juazeiro, vem surgindo "a necessidade de ampliação da área produtiva, bem como o envolvimento e inserção de novos assentados no processo de transição agroecológica" (FREITAS *et al.*, 2015).

A experiência da horta comunitária tem possibilitado às famílias assentadas a expansão de suas práticas produtivas. Com dedicação, criatividade e boas parcerias, os agricultores vêm acumulando várias conquistas, seja em termos especialidade produtiva e certificação

de qualidade, seja em termos de aumento de escala e competitividade. Como atestaram Silva e Freitas et al. (2018), com a colaboração da Prefeitura Municipal de Petrolina, o assentamento iniciou em 2015 um projeto de produção de uvas orgânicas, tornando-se o primeiro assentamento da região a comercializar esse tipo de frutas em supermercados e feiras de Petrolina e Juazeiro. A partir dessas iniciativas, o assentamento vem galgando cada vez mais espaço no mercado, expandido seus negócios, inclusive, para outras regiões do país. A pesquisa de doutorado na qual este artigo está embasado tem por objetivo acompanhar a expansão das estratégias de inserção do assentamento dentro do segmento orgânico de produção de frutas e hortaliças, bem como a ampliação das janelas de mercado exploradas pelos assentados em função dos procedimentos de certificação alimentar.

#### ***4.2. Do trabalho assalariado objetivo ao trabalho autônomo subjetivo: algumas constatações sobre as experiências dos produtores-assentados***

Retomando a discussão teórica proposta por Simmel (2005), nos perguntamos como as condições de assalariamento sazonal no meio agrícola podem anular o espírito subjetivo dos produtores rurais em detrimento da execução de atividades mecânicas unilateralmente objetivas. No que diz respeito às diferentes formas de autonomia empregadas pelos agricultores familiares do assentamento estudado no sentido de superar as condições de subordinação e alienação do trabalho assalariado, a exposição abaixo se apresenta de forma emblemática:

Antes de eu chegar aqui nesse assentamento eu era um assalariado... Eu trabalhava numa empresa aqui, aí surgiu essa oportunidade de fazer uma ocupação nessa fazenda. Como eu sempre tive o pensamento de um dia possuir uma coisa pra mim então eu resolvi pedir conta nessa empresa e vim aqui pra esse assentamento. Eu tinha meu salário fixo, mas eu resolvi vir aqui para o assentamento porque eu queria uma coisa só para mim mesmo... E no dia 6 de Abril de 1999, mais ou menos às 4 horas da manhã, nós chegamos aqui nessa fazenda e fizemos a ocupação (Produtor do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar).

Ora, de acordo com o relato testemunhado, não nos parece possível que o produtor pudesse se dividir em duas jornadas de trabalho, visto que a atividade assalariada preenchia todo seu tempo, pelo menos enquanto a sazonalidade da colheita lhe chamasse ao serviço. Ao ser questionado sobre os riscos de abandonar o serviço remunerado, um dos produtores respondeu: “[...] Eu não quero nem saber... Aqui eu sou assalariado, mas aqui sempre vai continuar sendo do meu patrão. Eu ganho só meu salário e eu quero uma coisa que um dia seja para mim, que eu possa sobreviver do meu trabalho... Aí assim fizemos né... Aí viemos para cá no dia 6 de abril de 99 e começamos a luta” (Produtor do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar).

É evidente a vontade do produtor de se libertar dos grilhões da subserviência e insalubridade do trabalho assalariado para adquirir um meio de vida mais digno e autônomo. A possibilidade de se relacionar integralmente com a sua unidade doméstica, administrando os horários de trabalho e o controle real sobre os seus ganhos não apenas representa um resgate das tradições e autossuficiência típica do campesinato, mas apontam para a ressignificação do trabalho subjetivo em detrimento do trabalho objetivo. Tomando a própria expressão simmeliana como referência, poderíamos dizer que

superação das condições restritivas do assalariamento pode devolver ao produtor rural a “essência daquilo que é próprio do plano da alma”. A respeito da transição entre a subordinação e a liberdade, outro produtor relata que:

A nossa chegada aqui é porque, na realidade, a gente era umas pessoas que toda vida nós fomos trabalhadores rurais, trabalhamos na agricultura. Aí teve essa oportunidade de área de assentamento... E aí, como surgiu essa oportunidade, a gente veio para cá... A gente veio para cá com muita luta, né, que a gente ficou nos barraco aí desde o começo. No começo que a gente tava nos barraco aí não tinha água, não tinha luz... Tudo dependia de pipa. E a gente batalhou e depois veio essa proposta que as casa ia sair... Aí a gente veio para cá... Com os barraquinho a gente fez uns quartinho aí e foi indo. A gente tinha que trabalhar nessas fazenda de uva, essas coisas aí... E o propósito da gente toda vida sempre foi a gente ter a terra própria... O próprio pedaço de terra da gente pra trabalhar para si próprio, né? (Produtor do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar).

A especialização do trabalho, como diria Simmel, não apenas retira do homem sua personalidade, mas confina seu ciclo de vida em uma rotina alienante. O exercício mecânico das tarefas cotidianas, além de provocar uma série de doenças físicas e psicológicas, como sustenta Maria Aparecida de Moraes Silva, resulta na aniquilação do espírito subjetivo e na obstrução da omnilateralidade dos sujeitos, como revelaram os autores discutidos nos capítulos teóricos. Ao ser perguntado sobre o dia a dia na roça, um dos produtores entrevistados revela:

“Depois que eu entrei aqui nesse assentamento eu nunca mais devi a ninguém, mas todo dia eu trabalho, graças a Deus... Eu vou completar 76 anos agora nesse ano que entrou agora, mas muitas vezes quando são 5 horas da manhã já tava na roça trabalhando. Já teve dia que aconteceu aqui de levantar 5 horas da manhã e quando eu ia pra casa era 7 h 30min da noite... Trabalhando todo dia... Hoje eu trabalho aqui nessa horta... Tenho uma parte ali naquela uva orgânica, eu tenho 6 hectares de uva lá na outra área irrigada, tô com meio hectare de acerola e mamão plantado lá também... Dessa mercadoria, pelo menos uma mão já vou botar na venda do PAA esse ano, para os colégios... E assim por diante né... E também tem essa área nova que vamos ligar aqui... É uma área de 3 hectares lá... Eu já tenho projeto de plantar uma arinha de uva, uma arinha de manga, tudo pouco, mas só para abastecer o comércio orgânico que a gente tem, graças a Deus. E a minha vida no assentamento é essa” (Produtor do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar).

Note-se que a relação de amor com a terra permite ao produtor empreender projetos para futuro, estreitando as relações entre trabalho manual e intelectual, como defende Gramsci. A oportunidade de exercer sua vocação a partir das suas próprias ferramentas de trabalho confere ao agricultor um espírito subjetivo induzido pela criatividade individual. Na medida em que a atividade personalizada - em substituição ao termo especializada - se converte no trabalho de um “único homem”, porque o “exige por inteiro”, podemos falar na “realização da personalidade do sujeito” (cultura subjetiva). Esta realidade é diametralmente oposta à ideia de “incomensurabilidade da realização com o realizador” (cultura objetiva) refletida por Simmel.

Nesse contexto, também concordamos que, com expansão das particularidades humanas em todas as suas dimensões, o agricultor pode integrar o saber prático com o saber teórico, desmistificando o caráter parcial da unilateralidade presente no trabalho assalariado do campo. Finalmente, a possibilidade de “trabalha para si, com os seus, no que lhe pertence” (WANDERLEY, 1988, P. 76) oferece ao produtor rural a oportunidade de se relacionar com o mercado sem renunciar às suas particularidades, como pondera Teodor Shanin e Maria Nazareth Wanderley. Diante dessas questões, também poderíamos refletir até que ponto a subordinação ao trabalho assalariado é vantajoso em comparação às

dificuldades impostas pela luta em busca da terra própria e do trabalho autônomo, como releva um dos entrevistados quando perguntado sobre sua chegada ao assentamento:

“A maior parte desse pessoal vivia ganhando um salário-mínimo... A minha filha mais velha trabalhava numa empresa aqui e ganhava um salário pra trabalhar por debaixo do veneno, e só dava pra comer aperreada, até que adoeceu... Aí quando foi um dia que apareceu essa horta aqui, ela chegou lá (na empresa) e disse: veja, me dê minhas contas que eu não quero mais trabalhar aqui não, vou trabalhar pra mim só. Hoje ela tá ela tá aí com uma Fiat Estrada (carro) três portas nova, conduzindo as coisas pra feira, as coisas dela mesmo... Tá aí tranquila... Sobrevivendo tranquila com um carro novo e tudo... Com moto nova, com tudo” (Produtor do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar).

Quando perguntado sobre as vantagens de produzir naquilo que é seu de forma autônoma, um dos produtores também comentou sobre a rotina de trabalho e a melhoria da sua qualidade de vida.

“Mudou completamente a rotina das pessoas, e até a saúde. Porque praticamente você trabalha na porta de casa, quem faz seu horário de trabalho é você; dependendo do que se produzir, quem faz seu salário é você; e tem mais: você não tem patrão, não tem ninguém para chegar, ficar te gritando, te mandando, você faz do jeito que você quer, na hora que quer, quando quer, porque quem vai dizer seu salário é a sua quantidade de trabalho diário. Só porque aí hoje você foi trabalhar numa empresa, o normal mesmo é 8 horas diárias, né? Mas aí nós também na horta, ninguém trabalha essa quantidade, principalmente agora nesse clima de verão, tá muito quente; aí você vai pra ali, se você forçar um pouquinho, você acaba produzindo menos de que você trabalhando devagarinho. Porque o certo mesmo é você ir cedinho, antes do sol sair muito forte porque é ruim demais, porque você não vai ter aquela fadiga daquele calorzão te sufocando; aí você vai de manhã cedo, trabalha um pouco, vem, quando for à tardinha que o sol tiver diminuindo, você vai de novo; aí tem rendimento, mas se você for forçar no horário bem quente você acaba se sufocando com esse calorzão e acaba não produzindo, não rendendo nada de produção” (Produtor do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar).

Esse “caminho de volta” ou a oportunidade de evoluir a partir das suas próprias ferramentas de trabalho demonstra que a relação de pertencimento do produtor rural com seu trabalho e seus meios de produção inverte a concepção crítica de Simmel de uma maneira positiva. Dito de outra forma, quando esses produtores estabeleçam suas atividades dentro de uma relação “absorta”, totalmente distanciados daquilo que faziam, ou sem nenhuma condição de pertencimento e controle sobre o que produziam, estavam confinados a um tipo de trabalho puramente objetivo e anônimo, o que lhes tornavam sujeitos completamente afastados das “raízes dos seus sistemas integrais de vida”. Uma vez ajustados ao trabalho personalizado, o produtor rural, imbuído de consciência subjetiva e omnilateralidade, permite que a realização da obra se reencontre integralmente com seu realizador.

## Considerações finais

As condições de assalariamento no campo, embora muitas vezes permita ao produtor rural assegurar sua existência enquanto agricultor familiar, são extremamente insalubres por uma série de motivos já mencionados. A possibilidade de trabalhar para si naquilo que lhe pertence torna-se, quando possível, um meio de superação às adversidades da proletarianização. O trabalho assalariado, nessas circunstâncias, conduz os trabalhadores à alienação e à unilateralidade, anulando o espírito subjetivo do trabalho em face da sobreposição ao trabalho objetivo, parcial e anônimo.

Diante das constatações expostas neste trabalho, conclui-se que a condição de subordinação do trabalhador rural ao binômio latifúndio/agronegócio resulta na anulação da sua subjetividade, tanto integralmente como parcialmente. Isto significa dizer que o trabalhador do campo tanto pode estar totalmente dependente do sistema capitalista, por um lado, como pode estar a ele vinculado apenas com a finalidade de manter a sua unidade doméstica e garantir a sua autossuficiência. Aliás, o julgamento “do fazer” pelo “prazer da coisa bem-feita”, como coloca Richard Sennet, evidencia, com toda clareza, aquilo que Theodor Shanin chama de “singularidade camponesa”.

Concordamos com a ideia de dualismo conceitual elaborado por Teodor Shanin na medida em que a conquista da “independência” está diretamente submetida, em larga ou estreita medida, ao preço da subjugação. Nesses termos, a autonomia (relativa) do agricultor familiar encontra-se, em grande medida, condicionada ao seu nível de relação com o sistema social mais amplo, sem que este sujeito renuncie à sua singularidade. Por outro lado, o conceito de diferenciação cultural desenvolvido por Simmel se aproxima da ideia de dualismo proposta de Shanin na medida em que o “espírito subjetivo” do campesinato se converte em autonomia relativa (parcial), enquanto o desempenho do trabalho objetivo se converte em sujeição (integral) ao sistema capitalista agrário, revelando, assim, as proximidades teóricas entre dualismo conceitual e cultura objetiva e subjetiva no âmbito do trabalho rural.

Quando os produtores rurais trabalham nas suas próprias unidades domésticas, fazendo uso das suas próprias ferramentas de trabalho, se reaproximam “daquilo que é próprio do plano da alma”. De igual modo, essa condição permite a superação da alienação e a articulação entre o saber teórico e prático em um sentido omnilateral, como defendem Marx, Engels e Gramsci. Isso, contudo, não faz com que o agricultor familiar esteja completamente independente da lógica capitalista, mas “livre” o suficiente para garantir a preservação dos seus modos de vida e a singularidade das suas formas sociais e econômicas de reprodução. Em suma, a conscientização a respeito do espírito subjetivo e a articulação integral das dimensões que constituem a natureza humana podem ser utilizadas como um lastro para a superação do anonimato e da alienação das formas de trabalho objetivo e unilateral. No que tange à realidade do campesinato e da agricultura familiar, essa mesma conscientização pode ser levada a cabo como um processo de resistência e insubordinação, impedindo que a personalidade e a subjetividade camponesa sejam encobertas pelas forças do binômio agronegócio/latifúndio.

## Referências

CHAYANOV, A. V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONCEIÇÃO, A. L. Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In.: SUERTEGARAY, D. M. A. (Orgs). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 13-34.

COSTA, F. A. de. Chayanov e a especificidade camponesa. In: **Chayanov e o campesinato**. Horácio Martins de Carvalho (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2014.



FREITAS, Helder R. *et al.* Análise da transição agroecológica a partir da experiência da horta orgânica comunitária do assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, semiárido brasileiro. **Revista Extramuros de Extensão Rural da UNIVASF**, vol. 3, nº 2, jul.2015. Disponível em: [http://agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm\\_exp\\_cca\\_ex\\_anexos\\_0\\_1344\\_Analise\\_da\\_Transicao\\_Agroecologica\\_-\\_Horta\\_Organica\\_Assentamento\\_Mandacaru.pdf](http://agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_exp_cca_ex_anexos_0_1344_Analise_da_Transicao_Agroecologica_-_Horta_Organica_Assentamento_Mandacaru.pdf) Acesso em: 04/06/2017.

GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: **Chayanov e o campesinato**. Horácio Martins de Carvalho (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas – São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KAUTSKY, K. O trabalho. In: KAUTSKY, K. **Ontologia do ser social** (Trad. de Ívo Tonet). Roma: Editori Riuniti, 1981.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: Temas de Ciências Humanas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 6ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX, K. Capítulo XIII: A maquinaria e a indústria moderna. In. **O Capital: crítica economia política**. Livro 1, V.1. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PIRES, J. A. S.; SPRICIGO, G. **O conceito da pluriatividade na agricultura familiar**. São Leopoldo-RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In.: **La pluriatividade em el campo latino-americano**. GRAMMONT, H C.; MARTINEZ, L. V. (Orgs.). 1º Ed. Vol. 1. Série FORO. Ed. Flasco: Quito, Equador, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006> Acesso em: 13/05/2015.

SENNETT, R. **O artífice**. 2. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2009.

SHANIN, T. **A Definição de Camponês: Conceituações**. Estudos CEBRAP, nº26. Vozes: Petrópolis, 1980.

SILVA, M. A. M. Trabalho Rural: as marcas da raça. **Lua Nova**: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n99/1807-0175-ln-99-00139.pdf> Acesso em: 20/10/2019.

SILVA, M. M. A.; PEREIRA, E. S. **Assentamentos rurais como ferramenta didática para o conhecimento geográfico: relato de experiência no assentamento Mandacaru, Petrolina-PE**. II Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em:

[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_MD1\\_SA2\\_ID6358\\_08092015190839.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA2_ID6358_08092015190839.pdf) Acesso em: 02/04/2016.

SILVA, S. D. P. da.; FREITAS, H. R. Agricultura urbana e periurbana: dinâmica socioprodutiva em hortas comunitárias. **Revista Nucleus**, v. 15, nº 1, abr.2018. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/2772> Acesso em: 06/07/2019.

SIMMEL, G. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Orgs). **Simmel e a modernidade**. 2. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

SOUZA Jr., J. Politécnia e omnilateralidade em Marx. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: NETE, jan/jul, 1999, n. 5, p. 98-114.

SOUZA, Rafael B. de. Quando o trabalhador assalariado é camponês: um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense. **Revista de Geografia Agrária**, Vol. 14, nº 32. Pará, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/47406-Texto%20do%20artigo-208462-1-10-20190902%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/47406-Texto%20do%20artigo-208462-1-10-20190902%20(1).pdf) . Acesso em: 28/02/2020.

WANDERLEY, M. de. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. CPDA/UFRRJ, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf> . Acesso em: 19/04/2014.

WANDERLEY, M. de. N. B. **Trajetória social e projeto de autonomia**: os produtores de algodão na região de Campinas. São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Unicamp, 1988.

Submetido em: 08/02/2021

Aprovado em: 02/06/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional